

Descarte irregular de lixo gera mais de mil ocorrências em 8 meses no ABC

Jessica Fernandes

Entre janeiro e agosto de 2026, o ABC registrou pelo menos 1.030 acionamentos relacionados ao descarte irregular de resíduos, ante 1.667 no mesmo período de 2025. Apesar da queda de 38% no total, Santo André e Ribeirão Pires apresentaram aumento nas ocorrências. O descarte de lixo é mais frequente em calçadas, córregos, praças, áreas verdes e outros locais inadequados.

Santo André registrou, até agosto último, 130 solicitações pelo Colab e 101 ordens de serviço relacionadas a denúncias de descarte irregular de resíduos. No mesmo período de 2025, foram 125 solicitações e 62 ordens de serviço. A Prefeitura informa que houve aplicação de 42 multas neste ano e que o Jardim Santo André, Jardim Santa Cristina e Jardim Cristiane são os bairros com maior incidência de pontos de descarte irregular.

Em Ribeirão Pires, foram 23 denúncias entre janeiro e agosto de 2026, contra apenas dois registros no mesmo período de 2025. Vila Suissa e Santa Luzia têm a maior quantidade de relatos no município.

Diadema teve dobro de ocorrências

Rio Grande da Serra registrou 35 ocorrências neste ano, mas não informa os dados de 2025. Já em Diadema, quase dobrou o total de ocorrências, com 741 denúncias nos primeiros oito meses do ano e 1.478 registros em 2025. Centro, Eldorado e Casa Grande são os bairros com maior concentração de denúncias.

Mauá, São Caetano e São Bernardo não responderam aos questionamentos da reportagem até o fechamento.

Reclamações se repetem

O RD mostrou, na quarta-feira passada (9/9), dois casos recentes de descarte irregular de resíduos na região. Em São Bernardo, lixeiras da Praça Fernando de Azevedo, em Nova Petrópolis, transbordaram e levaram frequentadores a deixar lixo no chão. A Prefeitura informou que a limpeza do espaço é realizada periodicamente e que as paleteiras são destinadas a pequenos resíduos, mas os

equipamentos são utilizados de forma inadequada para o descarte de grandes volumes, inclusive lixo domiciliar.

Em São Caetano, moradores reclamaram do acúmulo de sacos de lixo na calçada da rua Ceará, no bairro Fundação. “Quem transita precisa passar pela rua para evitar pisar no lixo, o que pode causar acidentes. Precisa multar quem coloca lixo no lugar errado”, comenta a moradora Monica Moraes. A Prefeitura foi procurada, mas não respondeu.

Outros casos também foram registrados pelo RD nos últimos dias. Em 3 de setembro, caixas de madeira com melancias foram deixadas na rua Grã-Bretanha, em Santo André, o que provocou reclamações por mau cheiro. A Prefeitura informou que não havia imagens que comprovassem a autoria do descarte.

No dia 2, moradores de São Caetano relataram acúmulo de lixo na avenida Lemos Monteiro após a retirada de dois contêineres. A administração municipal não respondeu aos questionamentos.

Em entrevista ao RD, Rosângela Ferreira, moradora da rua Púrus, no Jardim Paineiras, em Diadema, relata que uma vizinha joga fezes de cachorro e lixo no bueiro de um imóvel, o que provoca mau cheiro na vizinhança.

“Não adianta cobrar só os órgãos públicos se a própria população não fizer a sua parte. As pessoas precisam se conscientizar e entender que não podem jogar lixo em qualquer lugar. Cada um precisa fazer a sua parte”, afirma Rosângela.

Ações

Diante dos registros de descarte irregular de resíduos, as prefeituras do ABC adotam diferentes estratégias para tentar reduzir a prática, que inclui ações de fiscalização, campanhas de conscientização, recuperação de áreas afetadas e ampliação das alternativas para a destinação correta de materiais.

Em Diadema, a Prefeitura lançou a campanha “Não Seja Porcalhão”, além de elevar o valor das multas, que agora variam de R\$ 5.610 a R\$ 22.440. Santo André mantém o programa Ponto Limpo, que requalifica áreas utilizadas para descarte irregular, e conta com 29 Estações de Coleta, além de iniciativas como o Moeda Verde e o Moeda Pet.

Em Rio Grande da Serra, o Programa Recicla Rio Grande promove ações de educação ambiental e orientação sobre a separação e o descarte adequado dos resíduos. Já Ribeirão Pires iniciou ações educativas, com distribuição de panfletos na região central, para alertar a população sobre os impactos ambientais e urbanos

do descarte irregular.

Reciclagem reduz impactos

Em entrevista ao **RD**, a bióloga e ambientalista Marta Marcondes, professora da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e coordenadora do Projeto IPH/USCS, alerta que o descarte irregular pode trazer riscos ao meio ambiente e à saúde. O perigo está principalmente no lixo eletrônico. “Esses materiais têm metais pesados e outras substâncias tóxicas que podem atingir o lençol freático e afetar diretamente a saúde, com problemas respiratórios e doenças mais graves como o câncer”, explica.

A especialista ressalta que retirar os equipamentos das ruas e dos pontos de descarte irregular não resolve todo o problema. É necessário garantir que o material recolhido seja encaminhado para reciclagem e reaproveitamento, como forma de reduzir os impactos ambientais e evitar que substâncias tóxicas sejam incorporadas ao solo e à água. “Não adianta apenas coletar. É necessário garantir a destinação correta, investir em tecnologia para reciclagem e envolver empresas, poder público e população no processo”, afirma.

Crime ambiental e consequências legais

O descarte irregular de lixo e entulho, além de contribuir para a degradação do meio ambiente e para a proliferação de problemas urbanos, pode gerar consequências legais para quem realiza a prática. A legislação brasileira estabelece regras para a destinação dos resíduos e prevê punições quando o descarte provoca ou pode provocar danos à saúde pública, à fauna, à flora e ao meio ambiente.

A lei federal nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, trata de condutas que podem causar danos ambientais. O artigo 54 estabelece como crime causar poluição de qualquer natureza em níveis que possam resultar ou resultem em danos à saúde humana ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora. A depender da situação e do enquadramento, a legislação prevê pena de prisão e multa.

Já a lei federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelece princípios e diretrizes para a gestão e o gerenciamento adequado dos resíduos. A legislação determina responsabilidades para a destinação correta do lixo e busca evitar o descarte inadequado, com medidas voltadas à redução da geração de resíduos, à reutilização, à reciclagem e ao encaminhamento ambientalmente adequado dos materiais.

A bióloga Marta Marcondes também reforça a importância da educação ambiental. “Muita gente ainda desconhece os riscos e a legislação. É preciso informar, mas também fiscalizar e aplicar as leis para proteger o meio ambiente e a saúde de todos”, diz a professora.

Onde denunciar

A população pode acionar a Guarda Civil Municipal (GCM), pelo telefone 153, para denunciar casos de descarte irregular de resíduos. Em Santo André, as denúncias também podem ser feitas pelo site do Semasa, aplicativo Colab ou WhatsApp (11) 4433-9011.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3893227/descarte-irregular-de-lixo-gera-mais-de-mil-ocorrencias-em-8-meses-no-abc/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário - Santo André/SP

Seção: Cidades